

2 — O presente Despacho produz efeitos a 1 de junho de 2017, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, àquela data.

10 de janeiro de 2018. — O Secretário-Geral, *Gustavo André Esteves Alves Madeira*.

311054623

Inspeção-Geral da Defesa Nacional

Despacho n.º 878/2018

O Despacho n.º 11649/2015, de 7 de outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de outubro de 2015, veio definir as novas unidades orgânicas flexíveis que integram a estrutura hierarquizada, e as equipas multidisciplinares que constituem a estrutura matricial.

Considerando que importa dar cumprimento à programação das atividades para o 1.º semestre de 2018, e assegurar, no essencial, as competências previstas para essas equipas multidisciplinares, plasmadas no artigo 4.º do Anexo ao Despacho supra referido, torna-se necessário designar o Chefe da Equipa Multidisciplinar de Auditoria 1 (EMA 1).

Nestes termos, considerando a competência e capacidade de coordenação, por deter as competências, capacidades e perfil adequado ao desempenho das funções:

1 — Designo, por um período de seis meses, o Licenciado João Paulo de Noronha da Silveira Alves Caetano, ao abrigo do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, com as alterações posteriormente introduzidas, como Chefe da Equipa Multidisciplinar de Auditoria 1, com o estatuto remuneratório equiparado a Diretor de Serviços, conforme o previsto no artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 9/2015, de 31 de julho, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 320/2015, de 1 de outubro.

2 — O ora designado fica autorizado a optar pela remuneração que lhe é devida pela categoria de origem.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018.

29 de dezembro de 2017. — O Inspetor-Geral, *José Manuel Esperança da Silva*, MGen.

Nome: João Paulo de Noronha da Silveira Alves Caetano

Data de Nascimento: 25 de outubro de 1963

Natural de Leiria

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Ciências Sócio-Militares, em junho de 1984;

Gestão de Empresas, em agosto de 1992;

Pós-Graduação em Comunicação Social, em novembro de 1999;

Mestrado em Relações Internacionais, em agosto de 2001.

Experiência Profissional:

Ao longo da sua carreira, desempenhou diferentes funções e ocupou diversos cargos próprios da carreira, sejam no âmbito da Chefia, da Direção ou do Comando, donde se destacam, entre outros:

A sua colocação no Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, onde desempenhou as funções de Chefe da Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas e que acumulou com as funções de «Porta-voz» do Exército e Adjunto do Comandante do Exército para a área de Comunicação Social;

O cargo de Adjunto do Subchefe do Estado-Maior do Exército para os assuntos relativos à FINABEL e Estados-Maiores Peninsulares;

As funções de Analista Militar para a região dos Balcãs, no Estado-Maior General das Forças Armadas;

A colocação no Colégio Militar, onde exerceu o cargo de Subdiretor, entre 2008 e 2013.

Integrou diversas missões internacionais, de que se destacam, entre outras:

A Operação de Manutenção de Paz «UNAVEM III» em Angola, onde desempenhou o cargo de Oficial de Ligação com as FAA, UNITA e Nações Unidas;

A missão «SFOR», na Bósnia Herzegovina onde, no seu Quartel-General em Sarajevo desempenhou o cargo de Chefe do «Joint Visitors Bureau» e que acumulou com as funções de Chefe do Protocolo daquele Quartel-General NATO;

Em 2005, é nomeado Chefe do Gabinete de Relações Públicas do Quartel-General das EUFORÇAS, sediado em Florença, Itália. Em acumulação de funções, desempenha o cargo de Chefe do Gabinete de Informação Pública;

A missão ALTHEA, no Quartel-General da EUFOR — missão sob a égide da União Europeia, onde volta a ser nomeado Chefe do Joint Visitors Bureau.

Exerceu funções no âmbito da Cooperação Técnico-Militar, em Timor-Leste, onde assumiu o cargo de Assessor Militar do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Timorenses, em acumulação com o cargo de Diretor Técnico da Cooperação Técnico-Militar Portuguesa em Timor-Leste. Durante este período, foi convidado pelo Diretor do Instituto de Defesa Nacional para ministrar as disciplinas de Protocolo, Relações Públicas, Informação Pública e Liderança aos Oficiais das Forças de Defesa e da Polícia Nacional de Timor-Leste.

Desde 2 de fevereiro de 2016 está colocado na Inspeção-Geral da Defesa Nacional, onde desempenha o cargo de Inspetor.

Formação Profissional:

Frequência de diversos cursos de especialização, nomeadamente na área de Mísseis Anticarro, Defesa Nuclear, Biológica e Química, Informações e Relações Públicas, onde se destaca o «*NATO Public Information Course*» e outros, no domínio da Andragogia.

Já no âmbito da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, recebeu formação em Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade ISO 9001:2015 e em Gestão do Risco.

311053465

Marinha

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Despacho n.º 879/2018

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 72.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio), após despacho conjunto n.º 9684/2017, de 25 de outubro, do Ministro das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 214, de 7 de novembro de 2017, promover por escolha ao posto de capitão-tenente, em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 198.º do mesmo estatuto, os seguintes primeiros-tenentes:

Da classe de Marinha:

21700 Hugo Filipe Bravo da Guia

(no quadro) que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente nos artigos 58.º e 207.º do mencionado estatuto, a contar de 1 de outubro de 2017, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, de acordo com o n.º 2 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele estatuto, em consequência da vacatura ocorrida em 30 de junho de 2017, resultante da promoção ao posto imediato do 23792 capitão-tenente da classe de Marinha Rui Miguel Serrano da Paz. Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 22100 capitão-tenente da classe de Marinha Sofia Vitoriano Saldanha Junceiro.

Da classe de Engenheiros-Navais:

23000 Ricardo José Santos Veloso

(no quadro) que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente nos artigos 58.º e 207.º do mencionado estatuto, a contar de 20 de novembro de 2017, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele estatuto, em consequência da vacatura ocorrida nessa data, resultante da passagem à situação de adido ao quadro do 22699 capitão-tenente da classe de Engenheiros-Navais Rui Manuel Lopes Marques. Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 23699 capitão-tenente da classe de Engenheiros-Navais Jorge Emanuel Barbosa do Vale.

Da classe do Serviço Técnico:

500986 Jorge Manuel Reis Neto

(no quadro) que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente nos artigos 58.º e 207.º do mencionado estatuto, a contar de 22 de novembro de 2017, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 176.º

e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele estatuto, em consequência da vacatura ocorrida nessa data, resultante da passagem à situação de adido ao quadro do 501882 capitão-tenente da classe do Serviço Técnico Paulo Baptista Maia Marques. Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 408587 capitão-tenente da classe do Serviço Técnico Virgílio da Conceição Serol Vinagre. A promoção obedece ao efetivo autorizado constante no Decreto-Lei n.º 84/2016 de 21 de dezembro, é realizada de acordo com a fundamentação constante nas alíneas c) a e) e na alínea j) do n.º 1 do Anexo A, do Memorando n.º 1/CCEM/2017, de 25 de janeiro, do Conselho de Chefes de Estado-Maior, com os ajustamentos ao plano de promoções constante do Memorando n.º 6/CCEM/2017, de 27 de julho, e do Memorando n.º 7/CCEM/2017, de 24 de outubro e destina-se a prover necessidades imprescindíveis identificadas na estrutura orgânica ou exercer funções estatutárias de acordo com artigo 205.º do EMFAR, atribuíveis ao posto e classe da presente vacatura. A promoção produz efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, ficando colocado na 1.ª posição remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

10-01-2018. — O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, *António Silva Ribeiro*, Almirante.

311053968

Despacho n.º 880/2018

Considerando a necessidade de aquisição Gasóleo Marítimo Melhorado destinado à operação da esquadra da Marinha, no cumprimento das missões atribuídas.

Considerando que compete à Direção de Abastecimento assegurar o aprovisionamento, armazenamento e distribuição de todo o tipo de combustível necessário para cumprir com o empenhamento operacional, conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho.

Considerando terem sido observadas as disposições legais estabelecidas para a realização de despesas públicas, nomeadamente o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Considerando, finalmente, o disposto no Despacho n.º 1084/2017, de 23 de dezembro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de janeiro de 2017.

Neste contexto:

1 — Atento o disposto nos artigos 36.º e 38.º do Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizo a contratação de Gasóleo Marítimo Melhorado pela Direção de Abastecimento (NPD 3018000399), pelo preço máximo de 940.000,00€ (novecentos e quarenta mil euros), isento de IVA, bem como a adoção do procedimento por ajuste direto ao abrigo do acordo-quadro 02/AQ-UMC/2016, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 259.º, do CCP.

2 — Nos termos da conjugação do n.º 1 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com o disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho — mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro —, com o artigo 36.º do CCP (aplicável por força do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro), delegeo, no Diretor de Abastecimento, Contra-almirante de Administração Naval Nelson Alves Domingos, com a faculdade de subdelegação, a competência para se proceder à formação do contrato para a aquisição de Gasóleo Marítimo Melhorado, pelo preço máximo de 940.000,00€ (isento de IVA), a vigorar após aprovação do Tribunal de Contas, através da realização de um procedimento por ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro n.º 02/AQ-UMC/2016, previsto e regulado no CCP:

a) Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, a aprovação das peças do procedimento por ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro n.º 02/AQ-UMC/2016, tendente à formação do contrato para a aquisição de Gasóleo Marítimo Melhorado, pelo preço máximo de 940.000,00€ (isento de IVA), a vigorar após aprovação do Tribunal de Contas;

b) Nos termos do artigo 50.º do CCP, proceder aos esclarecimentos e retificação das peças do procedimento decorrente da aprovação das listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados;

c) Nos termos do artigo 64.º do CCP, proceder à prorrogação do prazo para apresentação de propostas;

d) Nos termos do artigo 67.º do CCP, proceder à nomeação do júri do procedimento referido;

e) Nos termos dos artigos 76.º, 77.º, 98.º e 100.º do CCP, tomar a decisão de adjudicação, aprovar a minuta do contrato e respetiva notificação no contexto do procedimento referido;

f) Nos termos do artigo 85.º do CCP, proceder à notificação da apresentação dos documentos de habilitação exigíveis no procedimento citado;

g) Nos termos dos artigos 88.º e 89.º do CCP, proceder à notificação para prestação da caução;

h) Nos termos dos artigos 86.º a 87.º-A, 91.º e 105.º do CCP, decidir sobre eventuais causas de caducidade da adjudicação;

i) Nos termos dos artigos 79.º e 80.º, decidir sobre eventuais causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar;

j) Nos termos do artigo 106.º do CCP, proceder à outorga, em representação do Estado Português do contrato em apreço;

k) Nos termos do artigo 109.º do CCP conjugado com os artigos 295.º, 302.º, 325.º, 329.º e 333.º do mesmo CCP, exercer os seguintes poderes de conformação contratual:

- i) Aplicar as sanções previstas no contrato;
- ii) Determinar modificações unilaterais ao contrato;
- iii) Resolver o contrato, sendo caso disso.

l) Atenta a conjugação do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, proceder, após a devida liquidação e quitação, à autorização, efetivação e realização dos pagamentos nos termos definidos no contrato de aquisição em causa, tudo conforme expresso nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.

10 de janeiro de 2018. — O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, *António Silva Ribeiro*, Almirante.

311055385

Superintendência do Pessoal

Declaração de Retificação n.º 58/2018

Por ter saído com inexatidão o Despacho n.º 10107/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 225, de 22 de novembro de 2017, a p. 26328, retifica-se que onde se lê:

«9334304 Rafael António Ferreira Carnim (no quadro)

que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente, nos artigos 58.º e 237.º do mencionado estatuto, a contar de 1 de outubro de 2017, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, de acordo com o n.º 2 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele estatuto, em consequência da vacatura ocorrida, em 16 de agosto de 2017, resultante da passagem à situação de adido do 908390 primeiro-sargento L Joaquim Fernandes Nogueira. Este sargento, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 507899 primeiro-sargento L André Palma de Brito.

9317799 Olívia de Fátima Sita (no quadro)

que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente, nos artigos 58.º e 237.º do mencionado estatuto, a contar de 6 de novembro de 2017, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele estatuto, em consequência da vacatura ocorrida nessa data, resultante da promoção ao posto imediato da 9322393 primeiro-sargento L Ana Paula Rodrigues Marques. Este sargento, uma vez promovida, deverá ser colocada na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 9334304 primeiro-sargento L Rafael António Ferreira Carnim.»

deve ler-se:

«9334304 Rafael António Ferreira Carnim (no quadro)

9317799 Olívia de Fátima Sita (no quadro)

que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente, nos artigos 58.º e 237.º do mencionado estatuto, a contar de 1 de outubro de 2017, data a partir da qual lhes conta a respetiva antiguidade, de acordo com o n.º 2 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele estatuto, em consequência das vacaturas resultantes das promoções ao posto imediato, ocorridas em 1 de janeiro de 2017, do 257287 primeiro-sargento L José Avelino Pires Salgueiro e em 27 de janeiro de 2017, do 177286 primeiro-sargento L José Paulo Reis Duarte. Estes sargentos, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados